

Cultura e desenvolvimento

Reflexões em torno do conceito de bacia cultural

FREDERICO LUSTOSA DA COSTA

«Les consignes de l'efficiency (...) se résument à mettre en œuvre l'arme absolue de toute conversion: utiliser comme levier le désir d'être un autre, ce que les Rapports administratifs, grands consommateurs de science, désignent par l'euphémisme du changement des mentalités».
Pierre Legendre, (1988)

INTRODUÇÃO

A discussão sobre as relações entre cultura e desenvolvimento está na ordem do dia das ciências sociais. Desde meados dos anos 1990, economistas, sociólogos e antropólogos, ao se depararem novamente com o fracasso de muitos projetos de transformação estrutural, voltaram a perguntar: Até que ponto os fatores culturais determinam o desenvolvimento econômico e político? Se o fazem, como remover ou mudar os obstáculos ao desenvolvimento e favorecer o progresso? Ou, contrário senso, como a cultura local pode ser uma alavanca para o desenvolvimento?

É verdade que a mudança social e suas implicações culturais constituem temas perenes das ciências sociais desde o aparecimento das obras pioneiras de Adam Smith, Alex de Tocqueville, Lewis Henry Morgan e Max Weber. O próprio tema das relações entre cultura e desenvolvimento já havia sido muito discutido nos anos 1940 e 1950 pelos chamados teóricos da modernização. Entre muitos deles, sobretudo economistas e sociólogos, prevalecia a idéia de que a cultura (dos países subdesenvolvidos) era um sério obstáculo ao desenvolvimento.

De fato, durante boa parte dos Séculos XIX e XX, e mesmo muito recentemente, os soldados do progresso, os teóricos da modernização e os novos conservadores, reivindicaram a existência de obstáculos culturais ao crescimento econômico, sugerindo que o atraso de alguns países decorre de determinadas características psicos-

FREDERICO LUSTOSA DA COSTA

fredlustosa@gmail.com

Doutorado em Gestão pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) Lisboa, Portugal. Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil.

PhD in Management – Lisbon University Institute (ISCTE-IUL) Lisbon, Portugal. Professor at the Federal Fluminense University, Brasil.

sociais das populações periféricas. Para superá-lo, cumpria aos modernizadores buscar transferir, ainda que a «descargas de canhão e golpes de baioneta» (Euclides da Cunha, 2002), as instituições e os valores da modernidade, vale dizer, da chamada cultura ocidental, de sorte que os povos atrasados pudessem seguir a trajetória de crescimento dos países desenvolvidos.

Essa visão, embora bastante criticada, ainda persiste. Há poucos anos, na apresentação de uma vasta coletânea sobre o tema, Samuel Huntington comparava as trajetórias do Gana e da Coreia do Sul nos últimos 40 anos, mostrando a semelhança dos indicadores econômicos e sociais dos dois países no início do período e o enorme fosso que os separa hoje (Harrison e Huntington, 2002). Segundo seu ponto de vista, o que explica essa disparidade é a cultura. Nesse sentido, a cultura importa...

Mais uma vez, a constatação se converte em explicação para dar base a um raciocínio circular e «ahistórico». A explicação é *post hoc* – se determinado país cresceu economicamente, a cultura pode ser tomada como uma alavanca do desenvolvimento; se outra nação estagnou ou empobreceu, a cultura se revela como um obstáculo ao desenvolvimento. Ela também não dá conta do ciclo incerto das mudanças sociais. Cabe perguntar o que houve com a cultura coreana, que manteve sua economia estagnada por séculos e séculos, para, de repente, fazê-la entrar no surto de crescimento acelerado do último quartel do Séc. XX. Será que foi mesmo a cultura? O que dizer da China que agora segue essa mesma trajetória? E da Argentina, de «cultura européia», como se diz, que já foi a sétima economia do mundo e hoje luta para se reencontrar com o crescimento sustentável? E da velha Rússia?

Não obstante essas críticas, as questões permanecem. Quaisquer que sejam os *a priori* teóricos e axiológicos que condicionem as análises e conclusões dos estudiosos, existem as culturas, existem as desigualdades econômicas e sociais e existem as mudanças sociais.

Este trabalho retoma a discussão sobre cultura e desenvolvimento como preâmbulo à apresentação de uma experiência de planejamento do desenvolvimento regional. Trata-se, ao mesmo tempo, de um esforço de reflexão intelectual e de um exercício de planejamento que toma a cultura regional como referência. A reflexão se vale de uma apropriação «amadora» (no melhor sentido que essa palavra possa ter) da contribuição da Antropologia a esse novo «entre-campo» disciplinar para subsidiar a crítica (externa) que pode favorecer a superação de obstáculos epistemológicos (Bachelard, 1996). A experiência, ou melhor, o relato da experiência, se apóia numa tentativa de desconstrução das práticas (e representações) que informam o planejamento tecnocrático. Pois a cultura do planejamento governamental

foi vencida pelo automatismo do mercado e o planejamento da cultura é uma pretensão equivocada.

O trabalho é, portanto, uma apresentação crítica das bases conceituais, do processo de elaboração e da estrutura do **Plano de Ação da Bacia Cultural do Araripe para o Desenvolvimento Regional** (Lustosa da Costa, 2006a)¹. O Araripe é um território que corresponde à bacia sedimentar de mesmo nome, região que se situa nas fronteiras dos Estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Piauí e tem como epicentro a cidade de Juazeiro do Norte, praça-forte dos domínios do Padre Cícero Romão Batista. Bacia cultural é uma noção em construção, cujo enunciado é também um dos objetos deste artigo.

CULTURA E DESENVOLVIMENTO

A discussão sobre as relações entre cultura e desenvolvimento coloca uma série de problemas de natureza axiológica, teórica e prática que suscitam questionamentos, receios e resistências entre disciplinas e dentro de disciplinas. Tais problemas começam a aparecer já na definição dos termos que pode dificultar, ou mesmo impedir, o diálogo entre estudiosos de campos diferentes e de um único campo, segundo o ponto de vista que adotem.

Economia e Sociologia se estabeleceram como disciplinas no Séc. XIX para, entre outros propósitos, compreender e até mesmo explicar a emergência da modernidade. Quer dizer, para dar sentido à mudança social, à passagem de um tipo de sociedade a outro radicalmente distinto. Para explicar os processos de secularização e racionalização. Para dar conta da prevalência do Estado e do Mercado na ordem social moderna. Nesse sentido, trabalham com categorias historicamente construídas cuja capacidade elucidativa esteve prioritariamente orientada para a realidade do mundo ocidental.

Já a Antropologia, em função do seu objeto e dos métodos que emprega para abordá-lo, tem horizontes mais modestos. Afirma-se como ciência descritiva e trabalha com uma razão em confecção que permite compreender como os próprios sistemas sociais se dividem e classificam (DaMatta, 1980) ditando categorias abertas, mais permeáveis a diferenças.

A Economia, ainda que política, funda-se na razão instrumental, quer dizer, na racionalidade com relação a fins (dados) – a maximização da utilidade. No universo das trocas econômicas, a cultura quase sempre é irrelevante, sendo considerada como um bem econômico (entre outros) ou fator transversal de produção (identidade

regional ou capital social). A expansão do capitalismo tem como horizonte a homogeneização do espaço econômico, vale dizer, o mercado globalizado e a uniformização do consumo (e dos valores que o instruem). A versão neo-institucionalista da Teoria Econômica supõe que o progresso material depende da introdução de instituições eficientes, que reduzam os custos de transação e garantam o adequado funcionamento do mercado.

Para certa tradição da Sociologia, colocar em primeiro plano a dimensão cultural, valorizando as diferenças, significa aceitar a desigualdade e recusar os princípios do universalismo e as promessas emancipatórias do progresso humano. É romper com um programa de cunho materialista, racionalista e progressista (Schwartzman, 1997). É colocar o espírito à frente da razão.

No âmbito da própria Antropologia, diferenças de perspectivas podem colocar em lados opostos «relativistas radicais» e «universalistas uniformizadores» e, entre eles, variadas posições com relação ao desenvolvimento e à mudança cultural (Shweder, 2002, p. 238). No meio da controvérsia, a própria noção de cultura está em causa, pois, na medida em que serve para sublinhar as diferenças culturais, é acusada de «instituir» distinções e legitimar e perpetuar desigualdades (Sahlins, 1977, p. 43).

Portanto, convém utilizar com cautela as noções de cultura e desenvolvimento e as correlações que entre elas se estabelecem, evitando, na medida do possível, propor conceitos marcados seja pela imprecisão, seja pelo etnocentrismo, seja ainda pela instrumentalização. Nos três casos, o problema não está na falta de definições disponíveis, mas no excesso.

Embora o objeto empírico deste trabalho seja um plano de ação cultural, onde são privilegiados projetos relacionados à preservação e ao fomento de manifestações (culturais), sobretudo no campo das artes, o que interessa a esta discussão é o conceito antropológico de cultura.

A literatura especializada reportaria centenas de concepções de cultura. Não interessa a este trabalho fazer-lhes a exegese. É suficiente justapor numa definição mais ou menos operacional os principais aspectos presentes nesses conceitos. Assim, a cultura é aqui entendida em sentido amplo, como:

a herança não biológica (e não ambiental) que faz a diferença entre os povos, contemplando os diversos processos de designação e simbolização (linguagens), as inúmeras maneiras de lidar com a morte, o desconhecido e o imaginado (religiões e artes), as formas singulares de se relacionar com a natureza e se adaptar ao meio ambiente (tecnologias), as maneiras particulares de regular as relações sociais (insti-

tuições), inclusive a produção e distribuição de bens (economia), as diferenciadas formas de sociabilidade gratuita (festas, jogos e brincadeiras) e os julgamentos (coletivos) sobre o bom, o belo, o útil e o verdadeiro (ética, estética e pragmática), (Lustosa da Costa, 2006b).

Essa definição tem a desvantagem de ser prolixa, mas dá conta das dimensões ecológica, produtiva, social, institucional e simbólica da cultura. Envolve o ser, o estar, o saber, o fazer, o estar junto (ou pertencer) e o sentir do animal falante. É uma maneira de descrever em detalhes «a organização da experiência e da ação humanas por meios simbólicos» (Sahlins, *op. cit.*, p. 41). Falta-lhe talvez o sentido poético dado por Matthew Arnold, em 1873, que «define cultura como a paixão pela suavidade e pela luz» (*apud* Thiry-Cherques, 2006, p. 14), mas sugere que «ser membro de uma tradição particular de significados é condição essencial para a identidade e a felicidade do indivíduo» (Shweder, *op. cit.*, p. 236).

Já o sentido do desenvolvimento está definitivamente associado à idéia de crescimento econômico, de enriquecimento material e de alcance de padrões de consumo mais elevados. Essa formulação já traz implícita a idéia de progresso dos povos considerados atrasados para «uma forma superior de civilização». A concepção weberiana de racionalização, o que vale dizer modernização, filia-se à tradição iluminista e, a partir de Kant e Hegel, a «concepção da história como uma marcha progressiva para o racional» (Furtado, 1980, p. 1).

Assim, a noção de progresso se vincula à idéia de acumulação de riqueza, «na qual está implícita a opção de um futuro que encerra uma promessa de melhor bem-estar» (*ibid.*, p. 2), e tem como principal referência a obra pioneira de Adam Smith – **Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações**. A associação entre riqueza, progresso e bem-estar leva frequentemente a uma confusão sobre o papel dos seres humanos na transformação social do mundo em que vivem. Eles «são os agentes beneficiários e juízes do progresso, mas também são, direta ou indiretamente, os meios primários de toda a produção» (Sen, 1993). Muitos estudiosos acabam por colocar a produção da riqueza como a essência do progresso e os seres humanos como os meios para alcançá-la.

Por isso, as teorias de modernização trataram o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico e descreveram (e prescreveram) etapas a serem cumpridas para a superação do subdesenvolvimento. Estava explícita a idéia de que o aumento da riqueza era o objetivo social mais relevante e implícita a suposição de que a prosperidade material de uma nação proporcionava automaticamente o bem-estar de todos os indivíduos. Esses pressupostos logo se revelaram enganosos, na medida em

que o aumento acelerado da renda *per capita* de vários países não veio acompanhado da distribuição da riqueza e da melhoria da qualidade de vida das pessoas. Assim, desde os anos 1970, a teoria do desenvolvimento assimilou a lição de que o crescimento econômico é condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento. De econômico, o desenvolvimento passa a ser também social.

O crescimento econômico acelerado nos chamados *trinta gloriosos* anos do pós-guerra, apoiado na industrialização intensiva, consumidora de recursos naturais não-renováveis e altamente poluente, não deixou passarem despercebidos os elevados custos ambientais do modelo de desenvolvimento prevalecente nas sociedades afluentes. Essa estrutura produtiva consome não só os recursos que a natureza lhe coloca à disposição, mas também o patrimônio das gerações futuras. Nos anos 1980, a consciência da finitude dos recursos naturais, que constituem parte desse patrimônio que tomamos emprestado aos nossos descendentes, colocou no centro da discussão sobre o desenvolvimento a dimensão ecológica e a questão da sustentabilidade.

Por outro lado, a análise do fracasso de muitas iniciativas de cooperação e de projetos de desenvolvimento chamou a atenção para a fragilidade das instituições encarregadas de regular a vida social (e os mercados) e implementar os programas de ajuda e investimento para as transformações estruturais que almejavam. O desenvolvimento requer a introdução de novas instituições, vale dizer, de mudanças políticas, jurídicas e organizacionais. Trata-se agora de agregar ao substantivo desenvolvimento os adjetivos político e institucional que constituiriam também em condições necessárias para o próprio crescimento econômico e para uma mudança qualitativa nas condições de vida de uma determinada sociedade. A excessiva ênfase no papel das instituições e na prescrição de modelos normativos tem contribuído para o surgimento no âmbito das ciências sociais contemporâneas de uma espécie de «institucionalicentrismo», onde prevalece uma monocultura institucional (Evans, 2003), ou seja, a crença na superioridade de um determinado modelo de instituições e a tendência de se querer impor o uso do aparato institucional vigente nas economias centrais a todos os países do mundo.

Mais recentemente, sensíveis a essas críticas, alguns organismos internacionais e estudiosos do tema constataram que as mudanças institucionais muitas vezes não se efetivavam e, quando logravam implantar-se, não produziam os efeitos esperados. Ademais, também perceberam que os projetos de desenvolvimento não contavam com a adesão das comunidades beneficiadas, perdendo em efetividade pela falta de comprometimento com os objetivos de transformação social. Essas limitações sublinharam a importância da dimensão cultural do desenvolvimento, que é transversal a todas as demais. Afinal, muitas das definições de cultura se referem, entre outros

aspectos, às formas particulares de se relacionar com a natureza, aos processos de produção e distribuição de bens (inclusive o dom) e ao arcabouço institucional que estabelece as posições e regula as relações sociais. Assim, o desenvolvimento pode ser considerado um processo de mudança que produz transformações em todas essas dimensões sociais.

Hoje, são tantas as qualificações para o desenvolvimento que o conceito acaba sendo esvaziado de significado, de tal sorte que Ignacy Sachs (2000) propõe eliminar todas as adjetivações, devolvendo-lhe um conteúdo próprio, plural, integrado e totalizante. Por outro lado, embora já se possa falar na constituição do campo da Antropologia do Desenvolvimento (Schröder, 1997) e se adote todas as precauções relativistas, o emprego conjunto das noções de cultura e desenvolvimento destaca a contradição existente entre o propósito de assegurar a preservação das singularidades e da diversidade e a busca de homogeneização dos padrões de consumo e universalização de valores. Então, cabe perguntar:

Qual desenvolvimento?

Talvez se possa encontrar um ponto de partida, mínimo que seja, nas preferências consideradas como aspirações universais ou axiomas consensuais a todos os povos. E se possa dizer, sem temer muitas contestações, que:

- A vida é melhor do que a morte;
- A saúde é melhor do que a doença;
- A liberdade é melhor do que a escravidão;
- A prosperidade é melhor do que a pobreza;
- A educação é melhor do que a ignorância; e,
- A justiça é melhor do que a injustiça (Harrison, 2002).

Certamente, sempre haverá espaço para relativizar os conceitos de morte, saúde (sobretudo, saúde mental), liberdade, prosperidade, educação e justiça. A morte pode ser uma redenção não só para quem se oferece em holocausto, mas também para todo um povo; a doença, a manifestação de um espírito ruim ou a punição pelo comportamento desviante; a liberdade ocidental é a primeira vítima dos seus próprios estranhamentos; a pobreza é social e historicamente definida (a partir de padrões de consumo de um grupo social em determinada época); a educação pode ser uma mera codificação de saberes «politicamente corretos» do mundo (modo) ocidental, e, a justiça... Quantos crimes não se cometem em seu nome?

Mas são esses valores que informam todas as convenções internacionais apoiadas no reconhecimento mútuo de soberanias, inclusive a que ensejou a criação da UNESCO

e todas aquelas que vêm sendo ratificadas por sua Assembléia Geral. Nenhuma Antropologia, vista como campo científico ou concepção da natureza humana, pode conseguir a adesão dos povos pela exaltação da morte, da doença, da escravidão, da fome, da ignorância e da injustiça.

Forjada dentro desse sistema de valores e de concepções científicas «modernas», a noção de desenvolvimento sustentável busca contemplar a promoção humana nos aspectos econômico, social, político, ambiental e cultural. Para além do aumento da renda dos indivíduos e da melhoria das condições sociais, o desenvolvimento sustentável amplia os espaços de sociabilidade e participação, reconhece e valoriza a dimensão simbólica da existência e preserva para as gerações futuras o meio físico e o patrimônio material e imaterial das coletividades humanas.

Desenvolvimento é, na feliz expressão de Amartya Sen (2000), «o aumento da capacidade dos indivíduos fazerem escolhas», quer dizer, mais liberdade individual para uma melhor qualidade de vida. Liberdade com sentido positivo que vai muito além da ausência de restrições. É a possibilidade física, material e intelectual de ir e vir, sonhar, imaginar, fazer, deixar de fazer e viver. É a conquista de capacidades, qualificações e prerrogativas para o movimento, a troca, o prazer e a valorização simbólica da existência.

Se consideradas em todo seu alcance, as dimensões ambiental, econômica, social, política e cultural do desenvolvimento são integradas e co-dependentes. Ainda que operem em níveis e tempos diferentes, sempre terão impactos mútuos. A longo prazo, o crescimento econômico é condicionado pelos usos do meio ambiente. Tais usos podem ser culturalmente determinados. A distribuição da riqueza, que pode propiciar a melhoria das condições de vida, é decidida politicamente.

A noção de desenvolvimento regional implica que as regiões possam ser tomadas como espaços integrados a estados, macro-regiões, países e ao próprio mundo globalizado, interagindo dinamicamente com todos esses ambientes e mercados (Boisier, 1996).

Colocando-se do ponto de vista da mudança cultural, Huntington (2002, p. 13) chama a atenção para duas possibilidades de considerar as relações entre cultura e desenvolvimento:

- A cultura como variável independente ou explicativa – como a cultura afeta o grau de progresso que as sociedades alcançam ou deixam de alcançar no desenvolvimento econômico e político?
- A cultura como variável dependente – como pode a ação política, ou outra forma

de ação, mudar ou eliminar obstáculos ao progresso? (A constatação de que o desenvolvimento muda as culturas nada nos diz sobre como eliminar os obstáculos culturais ao desenvolvimento).

É preciso lembrar que Huntington define cultura, como ele mesmo afirma, «em termos puramente subjetivos, como os valores, as atitudes, as crenças, as orientações e os pressupostos subjacentes que predominam entre os membros de uma sociedade» (idem). A cultura, entendida, sobretudo, como instituições, normas e valores, tem um sentido próximo ao que se denomina hoje de capital social (Kliksberg, 1999).

Em ambos as situações, como variável dependente ou independente, há o perigo de se cair nas mesmas armadilhas do passado. A principal delas é a tendência a instrumentalizar a cultura, seja no sentido de adotar estratégias de modernização de caráter etnocêntrico e tratar o desenvolvimento como um processo de mudança de mentalidades, baseado «na arma absoluta de toda conversão – utilizar como alavanca ‘o desejo ser um outro’» (Legendre, 1988, p. 12); seja no sentido de colocar a cultura a serviço do mercado.

As duas possibilidades devem ser qualificadas. No primeiro caso, é preciso considerar que as culturas são diferentes e conservam e atualizam aspectos da tradição que podem ser lidos e interpretados. Embora, numa economia globalizada, requeira-se a adoção de determinadas instituições do Estado e do Mercado por todas as nações soberanas, o desenvolvimento não significa a padronização de modelos institucionais e culturais. Tais aparatos institucionais se desenvolvem diversamente em diferentes contextos culturais, adaptando-se melhor a umas culturas do que a outras. Não existem culturas superiores em relação a outras, assim como não existem culturas virtuosas e culturas viciosas.

Por outro lado, o desejo de imitação é inerente ao ser humano. Sempre haverá interação, assimilação e aculturação. A cultura é uma estrada de mão dupla, onde a experiência humana se realiza, transita e se enriquece (De Certeau, 1990). A globalização promove a homogeneização de padrões de consumo e a universalização de valores, mas as culturas (nacionais ou regionais) são fortes e têm suas dinâmicas próprias de transformação.

As instituições e os valores da modernidade podem ser transferidos e incorporados, de modo avassalador ou através de um processo de redução sociológica, vale dizer, de assimilação crítica (Guerreiro Ramos, 1967). Assim, a mudança social pode ser entendida como um processo cíclico de transformação de práticas, representações e instituições.

No segundo caso, é preciso considerar que o mercado é uma agência de alocação de recursos muito eficiente, mas é apenas um enclave da vida social (Guerreiro Ramos, 1981) que, progressivamente, invade outros campos. No plano da cultura, diversos espaços sociais favorecem a criação e a interação humana sem a intermediação de relações mercantis. Parte-se do suposto que os homens (e mulheres), embora possam agir predominantemente por interesse, são capazes de altruísmo e cooperação mútua. Sua racionalidade é múltipla e limitada e seu comportamento tem dimensões lúdicas, afetivas e simbólicas.

Isso não quer dizer que a demanda do mercado iniba a criação artística e a produção cultural. A encomenda pode ser o estímulo e a salvação do artista, como o foi no Renascimento. Na verdade, hoje em dia, a produção de bens culturais depende muito das demandas do mercado. Mas a produção cultural sobrevive sem o mercado. Muitas vezes, é ignorando as demandas do mercado que o artista encontra um novo mercado para o seu trabalho (Lustosa da Costa, 1999).

Apesar de todas as dificuldades para incorporá-la a um projeto de desenvolvimento, a dimensão cultural passou a ser compreendida e valorizada. Generalizou-se a consciência de que qualquer transformação das condições de vida de uma comunidade depende do reconhecimento, aceitação e valorização dos traços que lhe conferem identidade, sentido de pertença e auto-estima (UNESCO, 1997). Nesse sentido, a cultura passou a ser considerada um fator primordial no desenvolvimento sustentável, pois contribui para despertar o sentido de pertença e elevar a auto-estima da comunidade; acumular capital social; assegurar o comprometimento das pessoas e gerar oportunidades de emprego e renda na chamada indústria criativa. Países com grande diversidade cultural, como o Brasil, podem encontrar seu diferencial competitivo nesse tipo de indústria. A transformação da sociedade pode ser propiciada pela cultura, em virtude do potencial transformador da diversidade cultural.

Entretanto, não obstante essas constatações e avanços, os projetos de desenvolvimento, sejam eles de caráter nacional, regional ou local, quase nunca levam em conta as relações entre identidade cultural e capital social e sua importância para a sustentabilidade de tais iniciativas.

A BACIA CULTURAL DO ARARIPE

Apoiados em algumas das premissas aqui expostas, os governos dos Estados do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Piauí, secundados por diversos organismos do Governo federal, se comprometeram com a idéia de que a valorização das culturas regionais contribui para o desenvolvimento econômico e social e se associaram em

uma iniciativa de planejamento conjunto de ações culturais. O projeto resultou na identificação e constituição de uma bacia cultural em território situado nas suas fronteiras.

Segundo a perspectiva que orienta essa cooperação, valorizar a cultura regional significa desenvolver ações culturais identificadas com as vocações e potencialidades regionais, o que requer a criação de instâncias de compartilhamento de idéias, formulação de planos, execução e monitoramento de ações.

Considerado de diferentes pontos de vista, o Cariri, a Chapada do Araripe e o Alto Sertão paraibano constituem uma região geográfica bem definida, com características geográficas comuns, identidade cultural própria, sentido de pertença e vocações econômicas complementares. A região, localizada no epicentro do Nordeste, engloba 85 municípios de quatro Estados², numa área de 59 432 km², onde vivem aproximadamente 1662 mil habitantes. De um lado, um conjunto de municípios ocupa a Chapada e os vales úmidos, com abundância de mananciais de água, regime de chuvas estável e solo fértil, e, de outro, um conjunto de municípios do semi-árido, sujeito a estiagens prolongadas, com escassez relativa de água, onde ainda predomina a agricultura de subsistência e a pecuária extensiva tradicional.

Apesar dessas diferenças entre centro e periferia, trata-se de um espaço interestadual de relativa homogeneidade, com solos profundos e bem drenados, relativamente férteis, apropriados a diferentes culturas agrícolas, segundo os micro climas que se situam na suave transição entre os vales úmidos e o semi-árido.

Indiscutível pólo comercial, alimentado pela diversidade da produção regional, a intensidade das trocas internas, a equidistância entre as principais capitais do Nordeste e as grandes romarias, a região se industrializa rapidamente, mas ainda apresenta potencial significativo na extração mineral (calcário e gesso), na agricultura (mandioca, cana-de-açúcar e culturas de subsistência) e na pecuária (sobretudo na apicultura e na caprinocultura). Ali também se encontra um enorme potencial turístico – alicerçado na qualidade do clima, no artesanato, na religiosidade, na culinária e nas festas e folguedos populares – praticamente inexplorado.

Do ponto de vista institucional, para diversos organismos federais, grande parte dessa área – o território da bacia sedimentar do Araripe – constitui um espaço de intervenção diferenciado, de caráter supra-estadual, podendo se apresentar como meso-região (Ministério da Integração Nacional), área de proteção ambiental (Minis-

tério do Meio Ambiente), zona de programação comum e/ou complementar (SEBRAE) ou pólo de desenvolvimento integrado (Banco do Nordeste).

Há ali uma belíssima paisagem natural, onde se encontram um singular acervo paleontológico, riquíssimo em fósseis que se mostram à flor da terra, inscrições rupestres, com os registros de civilizações passadas, e o diversificado patrimônio material (natural ou edificado) e imaterial. São numerosas e variadas manifestações da cultura popular, a começar pela força da religiosidade, pela quantidade de folguedos e festas populares (os reisados; os caretas, de Jardim, o Pau da Bandeira de Santo Antonio, de Barbalha; a Missa do Vaqueiro, de Serrita), pela beleza e multiplicidade do artesanato e pela diversidade dos produtos da culinária regional. Além do Memorial do Pe. Cícero, do Museu Paleontológico de Santana do Acaraú, dos centros culturais do Banco do Nordeste, em Crato e Souza, da Fundação Caatinga, a região conta com a Universidade Regional do Cariri e com *campi* avançados das universidades federais do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco e do Piauí. Toda região é cruzada pelas romarias que se dirigem a Juazeiro do Norte, alimentando seu comércio, estimulando suas pousadas e fortalecendo a rede de cidades da região. Segundo Oswald Barroso, o Araripe reduto mítico dos índios tapuias, desde a época colonial, sede de irmandades e santuário de romarias, (...) tem atraído permanentemente populações dos mais diferentes rincões brasileiros, especialmente, do Nordeste, que nele buscam a proximidade com o sagrado. Muitas destas gentes sedimentam-se em seu território, criando um verdadeiro caldeirão de etnias, sotaques e ritmos (...).

Da fusão destas culturas, resulta um espaço simbólico, de rara complexidade e riqueza, realimentado periodicamente por novas migrações que dinamizam e, ao longo do tempo, sedimentam uma cultura própria e multifacetada. Verdadeiro umbigo de povos e culturas, construído pelos vários Nordeste, o Araripe funciona como zona de refúgio e confluência, atração de gentes e difusão de culturas, território no qual se operam as mais inesperadas alquimias. Feito um coração materno que recebe a todos, nele os mais diferentes brasis têm encontro marcado. Acolhido com generosidade, amparado por iguais e protegido pelo sagrado, no Cariri Araripe, o forasteiro se sente em casa.

O Araripe é, também, terra de muitos encantamentos, repleta de mitos, histórias e tradições. Seu chão foi palmilhado e habitado por místicos, guerreiros e visionários das mais diversas procedências. Por isto, para muitos povos, é território de utopias. Dele se diz que no final dos tempos se desencantará em Terra-sem-Males, Nova Jerusalém ou País de São Saruê. Contadores de histórias, poetas de cordel, cantadores, violeiros, mestres de irmandades, brincantes de reisados, tocadores de pífaros e

zabumbas, rezadeiras e adivinhos, peregrinos de todos os matizes, cantores, cegos rabequeiros e sanfoneiros nutrem seu imaginário de maravilhas e fatos extraordinários (Barroso, 2006a).

Assim, a região se presta bem ao emprego da noção de bacia cultural, que vem de ser proposta pelo ex-ministro Gilberto Gil. Constitui um espaço geográfico diferenciado, que toma como referência a cultural regional, valorizando, ao mesmo tempo, a identidade e a diversidade. Trata-se de metáfora pertinente, inspirada no conceito de bacia hidrográfica, que evoca a idéia de manancial, de vale, de irrigação do solo adjacente ao curso e de distribuição do «líquido precioso» que corre em seu leito.

A bacia cultural se alimenta das inúmeras fontes criativas que formam os mananciais de bens simbólicos que, um a um, vão desaguardo no eixo que confere identidade à bacia. Ela é cortada por uma artéria aberta que deixa fluir a seiva da cultura regional para alimentar o grande rio da nossa diversidade criativa e o oceano das culturas do mundo. O fluxo que se esvai é inesgotável e seminal; é como um recurso moral (Hirschman, 2001), cujo estoque se expande na medida em que é mais consumido (Lustosa da Costa, 1996b).

A noção de bacia inclui obrigatoriamente, elementos de natureza tanto geográfico-ambiental, quanto sócio-econômica, já que cultura, sociedade e meio ambiente são componentes da realidade absolutamente inseparáveis. Na definição de uma bacia cultural podem estar presentes elementos relacionados a processos migratórios, trocas de produtos e serviços, relações ambientais e ecológicas e um conjunto de características outras, que dão respaldo ao possível sentimento de pertença e identidade dentro da diversidade regional. Assim, a bacia cultural pode ser definida como:

um território que se configura em torno de um mesmo fluxo cultural, nutrido por fontes culturais diversas, que se fundem e se desdobram numa rede relacional de influências e confluências, para formar, em sua diferença e a partir de um imaginário compartilhado, um espaço original (Barroso, 2006b).

A chapada ou meso-região do Araripe não é uma bacia hidrográfica nem inclui o território do Alto Sertão paraibano, mas o Araripe constitui também uma bacia sedimentar, que engloba a sub-região paraibana, onde vicejam inúmeros olhos d'água e fontes criativas. Trata-se, pois, de uma bacia cultural – a Bacia Cultural do Araripe.

PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

O processo de planejamento de ações governamentais e não governamentais no domínio em que se encontram cultura e desenvolvimento regional sempre colocará

aos agentes envolvidos o desafio de planejar o desenvolvimento regional a partir da cultura regional ou de planejar a ação cultural orientada para o desenvolvimento regional. Uma terceira possibilidade, que não constitui um desafio, seria planejar tradicionalmente a ação governamental em âmbito regional e utilizar a cultura local como mote, pretexto ou cereja de bolo.

Se se toma como válidos os pressupostos que definem a bacia cultural, vale dizer, a centralidade da cultura no processo de desenvolvimento, esse desafio é apenas parcialmente dilemático. Pois um plano de desenvolvimento regional não pode negligenciar a cultura nem um plano de ação cultural deixar de ter como foco o desenvolvimento regional. Num ou noutro caso, determinadas etapas devem ser cumpridas para que se possa empreender com alguma *chance* de êxito um projeto de transformação estrutural calcado no novo paradigma de desenvolvimento. Faz-se indispensável revolucionar a forma de planejar e gerenciar a ação cultural e o crescimento econômico sustentável. A revolução implica em considerar regiões (ou bacias) e mesmo algumas cidades como se fossem países soberanos e também empresas.

Com efeito, as regiões mais bem sucedidas serão aquelas capazes de estabelecer uma visão de futuro, compartilhada por todos os habitantes, de descobrir suas reais vocações, de avaliar os pontos fortes e vulneráveis no que diz respeito à exploração de suas potencialidades e que também sejam capazes de estabelecer estratégias bem definidas para concretizar a inserção nos mercados regionais, nacionais e mundiais. Tal foi o empreendimento realizado em Barcelona, por exemplo, a partir da preparação para as Olimpíadas de 1992.

Todas essas definições dependem do conhecimento aprofundado sobre a realidade regional. Assim, o primeiro e indispensável passo na formulação de uma estratégia competitiva é a coleta e análise de informações sobre o contexto regional, no que respeita a demografia, economia, cultura, sociedade e meio ambiente, transformando essas informações em conhecimentos que possam subsidiar a formulação de uma visão de futuro e a escolha das estratégias necessárias para realizá-la. O mapeamento cultural, a identificação dos arranjos produtivos locais da cultura e o calendário de eventos da região são elementos fundamentais de uma descrição densa da bacia cultural.

O planejamento regional se caracteriza pela sua base territorial, que pode ser definida a partir de bacias hidrográficas, características do solo e do clima, disponibilidade de recursos naturais e matérias primas, integração econômica e identidades culturais. Por isso, a etapa seguinte consiste em formular um orde-

namento territorial da bacia cultural – consistente com a raiz identitária, a geografia física, as vocações, potencialidades e complementaridades econômicas, as tradições administrativas, a contigüidade e as estratégias delineadas –, que facilite a utilização mais racional dos recursos existentes. Isso precisa ser feito sem esquecer as vantagens comparativas já acumuladas por algumas cidades que, ao longo da história, passaram a constituir centros ou pólos regionais, em torno dos quais outras cidades e regiões se entrelaçam. Esses conjuntos formam autênticas redes de cidades, nas quais diferenças e complementaridades contribuem para criar cadeias produtivas dotadas de elevado grau de dinamismo e sustentabilidade. A compreensão do espaço da bacia como uma rede hierarquizada de cidades é fundamental para o estabelecimento dos roteiros turísticos, do calendário comum de eventos culturais e das estruturas de distribuição de produtos artesanais.

Por outro lado, o planejamento da bacia cultural não pode deixar de levar em conta os aspectos institucionais da regionalização, vale dizer, a divisão territorial em estados e municípios, as micro e meso-regiões, as bacias hidrográficas reconhecidas e as diferentes regiões administrativas estabelecidas pelos diversos órgãos públicos atuantes na região. A superposição dessas institucionalidades espaciais permite estabelecer uma matriz de regionalização capaz de compatibilizar o planejamento e as ações de todas as instâncias.

Os conhecimentos adquiridos sobre o funcionamento dessas redes devem permitir empreender um esforço sistemático para prever ou estimular a formação de novas redes, bem como para conceber mecanismos que suscitem estratégias de desenvolvimento local e possibilitem sua articulação, de modo a conferir-lhes maior sinergia e desencadear uma espiral virtuosa de desenvolvimento que abarque a totalidade dos municípios e regiões.

Em todas as fases descritas é imperativo promover e garantir o envolvimento das comunidades beneficiárias, o que significa dizer que governantes, lideranças políticas e empresariais e organizações comunitárias precisam participar na formulação, implementação, monitoramento e avaliação dos planos e estratégias de construção do futuro de suas cidades e regiões.

Considerando todos esses aspectos, planejar a ação cultural para o desenvolvimento local e regional deve ser entendido como atividade governamental contínua, sistemática e permanente, modelada de forma a tornar a concepção e gestão dos planos estratégicos atos participativos e ascendentes, regionalizados, descentralizados e integrados.

O PROCESSO DE PLANEJAMENTO³

Considerando os diversos aspectos das relações entre cultura e desenvolvimento, afigura-se que o planejamento e a ação integrados do Estado – em seus diferentes níveis de governo, da iniciativa privada e das organizações comunitárias na área cultural, pode ser uma poderosa alavanca para o desenvolvimento regional. Entretanto, a ação governamental na região do Araripe, como de resto em outras regiões do país, carece de maior integração em todos os níveis – entre as esferas de governo, dentro das esferas de governo e entre o governo e a sociedade.

Dadas essas premissas e constatações, parece óbvio que essa região merece uma ação conjunta dos governos dos Estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Piauí e do próprio governo federal no sentido de explorar as potencialidades regionais, sobretudo no campo da cultura.

Foi essa conjunção de fatores que suscitou entre os secretários de cultura desses quatro Estados a idéia de elaborar este plano e realizar o **I Encontro das Culturas do Cariri e Araripe para o Desenvolvimento Regional**, como uma primeira oportunidade de aprofundar o conhecimento sobre a região como um todo e as particularidades das sub-regiões de cada Estado, discutir a sua vocação cultural e as potencialidades de geração de renda nas artes, no artesanato, no turismo e nas manifestações culturais, em geral, lançando as bases do planejamento e ação conjuntas. Há muito tempo, essa região vinha exigindo uma ação conjunta dos diversos níveis de governo e esse Encontro representou uma resposta a tal exigência.

A elaboração do *Plano de Ação da Bacia Cultural do Araripe para o Desenvolvimento Regional* (2006) obedeceu a uma metodologia de trabalho em etapas, eminentemente participativa, que associava o levantamento e sistematização de dados, o uso os conceitos e instrumentos de planejamento estratégico e desenho de projetos, técnicas de moderação de grupos e visualização compreensiva e simultânea.

Etapla 1 – Sistematização de dados sócio-econômicos e culturais, em nível regional, a partir de levantamentos em bases de dados oficiais, apresentando como resultados a identificação e caracterização de vocações econômicas e potencialidades de investimento e geração de renda nas áreas de cultura, artesanato e turismo.

Etapla 2 – Oficinas preparatórias nos quatro Estados envolvidos, realizadas em paralelo, para identificação de problemas e objetivos estratégicos de cada sub-região, oferecendo aos participantes informação e conhecimento sobre o projeto,

sensibilização, mobilização, identificação de problemas e familiarização com os questionários.

Etapa 3 – Definição da estratégia global de ação cultural para o desenvolvimento da Meso-região do Cariri, Araripe e Alto Sertão, a partir do mapeamento de suas vocações econômicas específicas, de suas complementaridades, dos cenários que se lhes descortinam, de suas bases logísticas e da inserção de seus bens e serviços culturais nos mercados regional, nacional e mundial.

Etapa 4 – Realização do I Encontro das Culturas do Cariri, Araripe e Alto Sertão para o Desenvolvimento Regional, com o propósito de afirmar politicamente a identidade regional, favorecer o conhecimento mútuo entre os agentes culturais e estimular a integração de ações.

Etapa 5 – Realização da Oficina de Planejamento Estratégico destinada a consolidar os achados das oficinas preparatórias, reconhecer os problemas e validar os objetivos, e estabelecer o diretório de programas estruturantes que constituem a espinha dorsal do Plano.

Etapa 6 – Elaboração do Plano Estratégico de Ação Cultural para o Desenvolvimento Regional do Cariri, Araripe e Alto Sertão. Como produtos complementares dessa etapa de trabalho serão apresentados os seguintes produtos: a indicação das cadeias produtivas da cultura (subsídios para o mapeamento) e o calendário de eventos regionais.

Obedecendo a essa metodologia, o plano ficou estruturado em cinco partes, a saber:

- Panorama sócio-econômico da Bacia Cultural do Araripe;
- Subsídios para o mapeamento cultural da Bacia Cultural do Araripe;
- Concepção estratégica para a ação cultural concertada;
- Programas estruturantes;
- Modelo de gestão.

CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA PARA A AÇÃO CONCERTADA

Pensar as relações entre cultura e desenvolvimento e tomar essa reflexão como ponto de partida para definir uma estratégia de intervenção coordenada entre agentes públicos, privados e comunitários constitui um desafio dos mais complexos e instigantes.

Em primeiro lugar, a própria natureza da intervenção ainda é objeto de um dilema importante. Trata-se de propor uma estratégia de desenvolvimento que tome a cul-

tura regional como referência ou de definir um conjunto de ações culturais orientadas para o desenvolvimento regional?

Em segundo lugar, qualquer que seja a opção tomada, há sempre um risco significativo de instrumentalizar a cultura. Isto pode acontecer de duas maneiras. De um lado, a cultura pode ser vista como um obstáculo à mudança social. Nesse sentido, o desenvolvimento constitui um processo de mudança de mentalidades e deve ser alcançado através de estratégias de modernização, vale dizer, da introdução de valores «superiores» de «culturas mais virtuosas». De outro, a cultura, vista como um bem econômico, pode ser colocada a serviço do mercado, no sentido de se ajustar às suas demandas, encontrar novos consumidores e gerar ocupações úteis.

Esta estratégia define as formas particulares com que o *Plano de Ação da Bacia Cultural do Araripe* lida com esses desafios. Ela toma como referência experiências de desenvolvimento local e regional, de caráter endógeno, em que os habitantes da região são seus principais protagonistas e onde se criaram novas oportunidades de renda e emprego pela potencialização dos produtos da economia local.

A estratégia se coloca num meio termo entre os paradigmas do desenvolvimento com foco na cultura e da ação cultural como estratégia de desenvolvimento. Trata-se de tentar integrar todos os mecanismos de intervenção governamental ou não-governamental e colocá-los dentro da perspectiva da cultura regional e de definir um conjunto de objetivos e linhas de ação cultural orientadas para o desenvolvimento regional.

Por último, a estratégia considera que os bens e manifestações culturais se realizam numa sociedade de mercado e, portanto, estão sujeitos aos ditames da lei da oferta e da procura. Mas considera também que haverá produção cultural ainda que não haja mercado e que, muitas vezes, o diferencial de mercado dos bens culturais é justamente sua indiferença ao mercado.

Assim, para a estratégia deste Plano, considera-se que o desenvolvimento ou é sustentável ou não é verdadeiro desenvolvimento. E, como já foi visto, a sustentabilidade contempla a promoção humana nos aspectos econômico, social, político, ambiental e cultural.

Também toma como referência um novo paradigma que entende o desenvolvimento nacional como um processo de coordenação e sinergia entre vários processos de desenvolvimento local e regional. Essa mudança de paradigma resulta da combinação de uma série de fatores, dentre os quais merecem ser ressaltados:

- As novas formas de produzir e comercializar bens e serviços, graças à revolução dos transportes e da telemática, o que possibilitou substituir o sistema produtivo baseado em grandes plantas industriais e cadeias produtivas verticalizadas situadas em um espaço nacional, por organizações operando em rede, situadas em diferentes países e formando cadeias produtivas e comerciais globalizadas;
- A homogeneização de padrões culturais e de consumo, em escala global, o que, de um lado, reforça o consumo de um conjunto de bens e serviços e, de outro, cria uma preocupação cada vez maior com a afirmação de identidades culturais, como forma de resistência à crescente homogeneização, incentivando o pluralismo e o direito à diferença;
- A compreensão de que a melhoria da qualidade de vida não se traduz apenas no crescimento da oferta de bens materiais, mas na ampliação das oportunidades de realização pessoal e coletiva, na redução das desigualdades sociais e no respeito ao meio ambiente; e
- A convicção de que o desenvolvimento é um tema que diz respeito a toda a comunidade e não apenas a um grupo seleto de técnicos e dirigentes situados nos escalões mais altos de Governo e de que só haverá desenvolvimento sustentável e capaz de integrar crescimento econômico com bem-estar individual e social se houver a democratização das decisões e políticas (Boisier, 1999).

Todos esses fatores acabaram por produzir uma concepção de desenvolvimento que realça o papel decisivo das cidades e regiões, pois é nelas que vive a maior parte da população mundial e será em seu entorno que as pessoas e coletividades poderão concretizar seus anseios de melhores condições de habitar e viver. As cidades e regiões transformaram-se em atores estratégicos e passaram a competir por investimentos e por participação no mercado global.

O primeiro passo indispensável na formulação de uma estratégia competitiva é a coleta e análise de informações sobre o contexto local, no que tange à demografia, à economia, à cultura, à sociedade e ao meio ambiente, transformando essas informações em conhecimentos sobre as vocações e potencialidades regionais que possam subsidiar a formulação de uma visão de futuro e a escolha das ações necessárias para realizá-la.

A composição desse quadro sócio-cultural torna evidente a necessidade de considerar os elementos históricos e culturais que caracterizam o território como aspectos relevantes para o processo de formulação e implementação de Planos de Desenvolvimento Regional. Nesse sentido, uma atenção especial deve ser dada à discussão sobre a cultura e a identidade regional.

De fato, valer-se da dimensão cultural como fator de desenvolvimento regional abre perspectivas bastante promissoras. Ao se utilizar a identidade cultural da Bacia do Araripe – história compartilhada, sentido de pertença, práticas sociais comuns – como ponto de partida para o planejamento do desenvolvimento regional, o planejamento estratégico pode ter forte sentido aglutinador, na medida em que permite:

- Favorecer a acumulação do capital social da região, fortalecendo vínculos locais e regionais, a confiança mútua e o fomento de formas associativas de participação social no processo de desenvolvimento regional;
- Resgatar e re-valorizar práticas sociais e manifestações culturais - música, folguedos e festas populares, arte, artesanato, religiosidade – que são considerados elementos constituintes da identidade, fatores de agregação social e oportunidades de geração de renda e emprego;
- Conduzir ao reconhecimento de que tais práticas e produtos se constituem, eles mesmos, em atrativos para projetos específicos de desenvolvimento regional e oportunidades de geração de renda e emprego.

Esta concepção estratégica considera que a *cultura* deve ser entendida como a matriz, em constante transformação, dos sentimentos e das maneiras de perceber e se apropriar do mundo que caracterizam as comunidades em um dado momento. Uma maneira abrangente de se apropriar dessa noção e incorporá-la ao desenho da estratégia é atentar para o fato de que não existem práticas que não estejam calcadas em representações através das quais os indivíduos constroem o sentido de suas existências. Instituições, práticas e representações configuram a reprodução e a mudança. Assim, também cabe aos atores sociais comprometidos com a transformação da realidade regional pensar as relações entre cultura e desenvolvimento como o primeiro passo para a formulação de estratégias de desenvolvimento viáveis, efetivas e legítimas.

Outro passo que se deve dar, concomitantemente, é envolver todos os interessados e beneficiários no processo de concepção do plano estratégico de desenvolvimento. Governos, organizações empresariais e da sociedade civil e lideranças políticas e comunitárias precisam ser envolvidos em um trabalho conjunto de construção do futuro da região.

Ao seguir estes passos, o processo de elaboração do **Plano de Ação** (Lustosa da Costa, 2006a) permitiu definir os seguintes elementos da Estratégia:

- **Afirmação da identidade na diversidade**, como forma de recuperação da auto-estima, mobilização e intercâmbio.
- **Saber, conhecimento e inventividade**, valorizando todas as formas de expressão e diferenciação do engenho humano.

- **Circulação de manifestações e bens culturais**, como forma de exposição, conhecimento mútuo e ampliação do mercado.
- **Inclusão social**, pela geração de oportunidades de trabalho e renda, melhoria da qualidade de vida e valorização simbólica da existência.
- **Sustentabilidade** dos processos e dos resultados, garantindo rentabilidade, mobilização (capital social) e institucionalidade.

Assim, o Plano tem como propósito mobilizador potencializar a auto-estima da população da Região, através da afirmação da sua identidade e da agregação de valor a seus bens e produtos culturais, contribuindo para aumentar a renda e melhorar suas condições de vida.

A visão de futuro da região é a de uma comunidade cultural reconhecida por sua identidade e seus valores, respeitada em sua dignidade, satisfeita em suas necessidades materiais, desenvolvida social e economicamente, destacada e forte em suas potencialidades políticas⁴.

- Programa de Infra-estrutura Cultural;
- Programa de Fomento à Ação Cultural;
- Programa de Memória e Patrimônio;
- Programa de Capacitação;
- Programa de Educação para a Cultura;
- Programa de Circulação, Intercâmbio e Difusão;
- Programa de Apoio à Gestão Cultural.

Esses programas estão devidamente detalhados no *Plano*, com a definição de seus objetivos específicos, suas linhas de ação, os possíveis executores, os custos estimados e indicações preliminares para os cronogramas físico-financeiros.

O *Plano* também descreve o Modelo de Gestão a ser adotada para buscar sua implementação. A idéia geral é aproveitar as instituições existentes, como o Fórum da Meso-região do Araripe e estimular as decisões colegiadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre esta tentativa de incorporar a dimensão cultural a uma experiência de planejamento regional revela que cultura e desenvolvimento estão estreitamente ligados. Do ponto de vista conceitual, essa associação ainda se presta a controvérsias e equívocos, pois o saber interdisciplinar ainda está longe de alcançar uma compreensão mais ampla do peso do contexto cultural nos processos de mudança social. De fato, são complexos e insondáveis os mecanismos que fazem

girar a roda das instituições, práticas e representações em favor de ciclos virtuosos de desenvolvimento ou ciclos viciosos de estagnação. Mas, em todo caso, a cultura importa...

Se o desenvolvimento for visto como um processo de transformação social orientado para a valorização da existência humana, a relevância da dimensão cultural fica mais evidente. A pertença a um determinado universo cultural é a base da identidade. Reconhecer-se membro de uma comunidade é parte constitutiva da auto-estima individual e coletiva e fonte de felicidade. Uma e outra tornam possíveis a construção de projetos comuns, a formação da confiança mútua e o estabelecimento de relações de cooperação, vale dizer, a acumulação de capital social. Por outro lado, são as diferenças culturais que ensejam as trocas simbólicas e materiais. Identidade, alteridade, capital social e cooperação são manifestações da cultura e fatores fundamentais de fortalecimento institucional e político, de progresso material e de desenvolvimento sustentável. Assim, o planejamento regional não pode descuidar dos elementos culturais em qualquer esforço de prospectiva e ordenamento de ações de longo prazo.

Entretanto, o adequado tratamento dos aspectos culturais do desenvolvimento e mesmo o planejamento da ação cultural para o desenvolvimento regional não se podem fazer sem um esforço de reflexão sobre essas relações. Há, a espreitar os formuladores de políticas culturais para o desenvolvimento, os perigos de instrumentalização da cultura, seja no sentido de colocá-la como variável dependente (e, portanto sujeita a intervenções orientadas para a mudança cultural), seja no sentido de colocá-la a serviço do mercado, vendo-a unicamente como provedora de bens e serviços culturais. Vencer essas ameaças de desnaturação, tal foi o empreendimento que se pretendeu realizar nas páginas precedentes.

Essas bases conceituais e questionamentos cercaram das devidas cautelas os procedimentos de diagnóstico, formulação de objetivos, estabelecimento de estratégias e definição de linhas de ação do Plano, de sorte que as proposições nele contidas refletissem a modéstia de suas pretensões. Ao invés de se pretender, num primeiro momento, planejar o desenvolvimento regional a partir da cultura, preferiu-se planejar ações culturais que favorecessem o desenvolvimento regional.

Entretanto, ainda são muitos os obstáculos teóricos, os impasses metodológicos e os entraves de natureza prática que se interpõem a um exercício pioneiro de pesquisa-ação. Ganhar o apoio intelectual da reflexão acadêmica, buscar a mobilização, a compreensão e a adesão das comunidades e conquistar o apoio político das lideranças interessadas constituem enormes desafios a enfrentar num proces-

so como esse. Nesse sentido, um grande passo já foi dado – o *Plano* foi elaborado a partir da sensibilização, da participação e do entusiasmo de artistas, criadores, produtores e gestores culturais. A Bacia Cultural do Araripe é uma representação compartilhada e reconhecida por muitos que dela fazem parte. Falta converter-se numa realidade política. Isso quem pode fazer são as gentes do Araripe.

NOTAS

1. O projeto que permitiu a elaboração do *Plano de Ação da Bacia Cultural do Araripe* foi realizado pelas secretarias estaduais de Cultura dos Estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Piauí, sob a liderança da SECULT-CE, e mereceu o apoio técnico da Universidade Regional do Cariri (URCA) e o apoio institucional e material dos Ministérios da Cultura e da Integração Nacional, do Banco do Nordeste do Brasil, do Serviço de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE) e do Serviço Social do Comércio.
2. São 31 municípios do Ceará, 15 da Paraíba, 12 de Pernambuco e 27 do Piauí.
3. As partes que se seguem serviram para subsidiar algumas das sugestões, propostas e recomendações do **Pano de Ação da Bacia Cultural do Araripe para o Desenvolvimento Regional** (Lustosa da Costa, 2006b).
4. Essas definições foram oferecidas pelos participantes da Oficina de Planejamento Estratégico que subsidiou a elaboração do *Plano de Ação da Bacia Cultural do Araripe para o Desenvolvimento Regional* (2006).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACHELARD, G. (1996), **A Formação do Espírito Científico**. Contraponto, Rio de Janeiro.
- BARROSO, O. (2006a), **O Cariri e o Araripe – Definindo uma Região Cultural** (mimeo). Secult, Fortaleza.
- BARROSO, O. (2006b), **Notas para uma Definição de Bacia Cultural**. Secult, Fortaleza.
- BOISIER, S. (1996), «Em busca do esquivo desenvolvimento regional». IPEA, Brasília. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, n.º 13.
- BOISIER, S. (1999), «Post-Scriptum sobre desenvolvimento regional». IPEA, Brasília. *Revista de Planejamento e Políticas Públicas*, n.º 19.
- CUNHA, E. da (2002), **Os Sertões**. Ateliê Editorial, Cotia.
- DAMATTA, R. (1980), **Carnavais, Malandros e Heróis**. Zahar, Rio de Janeiro.
- DE CERTEAU, M. (1990), **L'Invention du Quotidien, I. Arts de Faire**. Gallimard, Paris.
- EVANS, P. (2003), «Beyond 'institutional monocropping': institutions, capabilities, and deliberative development». *Sociologias (on-line)*, n.º 9, pp. 20-63.
- Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222003000100003&lng=en&nrm=iso.
- FURTADO, C. (1984), **Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise**. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- FURTADO, C. (1980), **Pequena Introdução ao Desenvolvimento**. Ed. Nacional, São Paulo.
- GUERREIRO RAMOS, A. (1981), **A Nova Ciência das Organizações**. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- GUERREIRO RAMOS, A. (1967), **A Redução Sociológica**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro.
- HARRISON, L. e HUNTINGTON, S. (2002), **A Cultura Importa: Os Valores que Definem o Progresso Humano**. Record, Rio de Janeiro.
- HERMET, G. (2002), **Cultura e Desenvolvimento**. Vozes, Petrópolis, RJ.
- HIRSCHMAN, A. O. (2001), **Saída, Voz e Lealdade**. Perspectiva, São Paulo.
- KASHIMOTO, E. M.; MARINHO, M. e RUSSEFF, I. (2002), «Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento». *Revista Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, vol. 3, n.º 4, Mar, pp. 35-42.
- KLIKSBERG, B. (1999), «Capital social y cultura, claves esenciales del desarrollo». *Revista de la CEPAL*, 69, Dez.

LEGENDTRE, P. (1988), **Le Désir Politique de Dieux. Etude sur les Montages de l'État et du Droit**. Fayard, Paris.

LUSTOSA DA COSTA, F. (Coord.) (2006a), **Plano de Ação da Bacia Cultural do Araripe para o Desenvolvimento Regional**. Secult, Fortaleza.

LUSTOSA DA COSTA, F. (2006b), «Bacia Cultural do Araripe: articulando cultura, desenvolvimento sustentável e governança local». Trabalho apresentado na 25.^a *Reunião Anual da Associação Brasileira de Antropologia* (ABA), realizada em Goiânia, de 11 a 14 de Junho de 2006.

LUSTOSA DA COSTA, F. (Coord.) (2001), **Calha Norte: Modelo de Gestão e Cooperação Institucional**. Fundação Getúlio Vargas/Instituto Superior de Administração e Economia da Amazônia (ISAE), Manaus.

LUSTOSA DA COSTA, F. (1999), «Globalização, Estado e Cultura». In J. P. Peixoto (Org.), **Globalização, Política e Economia: Aspectos Comparados**. Coleção Pensamento Social-Democrata., Instituto Teotônio Vilela, Brasília.

LUSTOSA DA COSTA, F. e CUNHA, A. P. G. (2003). «Pensar o desenvolvimento a partir do local: novo desafio para os gestores públicos». In S. C. Vergara e V. L.A. Correa (Orgs). **Propostas para uma Gestão Pública Municipal Efetiva**. Editora FGV, Rio de Janeiro.

MACHADO, L. P. (1975), «Alcances e limites das teorias de modernização». In J. C. G. Durand e L.P. Machado (Orgs.), **Sociologia do Desenvolvimento II**. Zahar, Rio de Janeiro.

PUTNAM, R. (1996), **Comunidade e Democracia: A Experiência da Itália Moderna**. FGV, Rio de Janeiro.

SAHLINS, M. (1997), «O 'pessimismo sentimental' e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um 'objeto' em via de extinção». *Mana (on-line)*, vol. 3, n.º 2, pp. 103-150.

SCHRÖDER, P. (1997), «A Antropologia do desenvolvimento: é possível falar de uma subdisciplina?». *Revista de Antropologia (on-line)*, vol. 40, n.º 2, pp. 83-100.

SCHWARTZMAN, S. (1997), «Sociologia e Cultura». In *A Redescoberta da Cultura*. Edusp, São Paulo.

SEN, A. (1999), **Desenvolvimento como Liberdade**. Companhia das Letras, São Paulo.

SEN, A. (1993), «O desenvolvimento como expansão de capacidades». *Revista Lua Nova* n.º 28. CEDEC, São Paulo.

SILVA, A. S. (2000), **Cultura e Desenvolvimento: Estudos sobre a Relação entre o Ser e o Agir**. Celta Editora, Oeiras.

THIRY-CHERQUES, H. R. (2006), **Projetos Culturais: Técnicas de Modelagem**. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

UNESCO (1997), **Nossa Diversidade Criativa: Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento**. Ed. Papirus, Brasília.